



**ACTA DA 13ª REUNIÃO DO PLENÁRIO
DO CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA
DA ORDEM DOS ADVOGADOS**

Aos 23 de Julho de 2008 reuniram, na sede do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, os seguintes Membros: Presidente, Dr. Carlos Pinto de Abreu; Vice-Presidente: Drs. Helena C. Tomaz; Vogal-Tesoureiro, Dr. Miguel Matias; os Vogais Drs. Ângela Cruz, António Neves Laranjeira, João Duarte Dias, José António Covas, José Monterroso, Luís Silva, Maria da Conceição Botas, Maria Ascensão Rocha, Maria de Lurdes Sirgado Trigo, Mendonça Rodrigues e Rita Cruz.

Esteve também presente a Secretária-Geral, Dra. Ana Dias.

Os Vice-Presidentes Drs. Jaime Medeiros e Rogério Paulo Moura, a Vogal-Secretária Dra. Maria António Ambrósio e os Vogais Drs. A. Jaime Martins, Francisco Ferreira da Silva, Jorge Cardoso e Vasco Marques Correia, justificaram as suas ausências, por motivos profissionais.

Estiveram também presentes as Delegações da Amadora, Cascais, Oeiras e Loures, representadas, respectivamente, pela Vogal Dra. Cristina Pereira, pelo Presidente Dr. Filipe Pimenta, pelo Presidente Dr. António Correia Novais e pelo Vogal Dr. Rui Mauricio.

A ordem dos trabalhos é a seguinte:

Ponto único: *Apreciação da actividade do Conselho Distrital de Lisboa e da actividade das Delegações durante o 1º semestre de 2008.*

Previamente à análise do assunto que constitui a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a comparência dos representantes das Delegações, tendo sublinhado o esforço de que tal presença é expressiva atenta a época de férias que brevemente se aproxima.

1.



Entrando no ponto da ordem da ordem de trabalhos, pelo Senhor Presidente foi dito que em consonância com o que havia recomendado aos Senhores Conselheiros no sentido de que cada um disponibilizasse, de acordo com o respectivo pelouro, um documento sintético com a descrição da actividade desenvolvida ao longo do primeiro semestre, se encontravam inseridos nas pastas os documentos facultados pelos Vice-Presidentes Dr. Jaime Medeiros e Dr. Rogério Paulo Moura, e pelos Vogais Dra. Maria de Lurdes Trigo, Dra. Maria Ascensão Rocha, Dr. A. Jaime Martins.

Pelo Senhor Presidente foi, igualmente, referido que se encontra em fase de conclusão o relatório de actividades do CDL referente ao primeiro semestre de 2008, abrangendo todas as áreas funcionais do Conselho, o qual será oportunamente publicado no site e enviado por mailing para a Classe, e que, pesa embora o seu conteúdo seja fundamentalmente de natureza estatística, é sobejamente revelador da actividade desenvolvida pelos Conselheiros.

Permanecendo no uso da palavra, e a propósito do Campus da Justiça cuja instalação está prevista para 2009, o Senhor Presidente deu conhecimento da reunião realizada no presente mês com o Senhor Dr. Feliciano Martins, Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P, no âmbito da qual se alcançara uma divisão e afectação dos espaços mais favorável para os Advogados e Advogados Estagiários, na medida em que para além das salas já previstas, foi possível destinar mais duas salas de Advogados designadamente afectando a sala de advogados os espaços previstos para biblioteca no piso 0 do edifício C e para sala de mediação no piso 2 do edifício I. Foi também logrado trocar no edifício F o espaço inicialmente previsto para sala de imprensa, mais amplo e com porta para o exterior, com a sala de advogados que se encontrava contígua, era mais pequena e não tinha acesso pelo e para o exterior, tendo ficado, contudo, por resolver a questão dos parqueamentos que se prevê especialmente complicada tendo o Conselho

2.



Distrital de Lisboa sugerido ou um número razoável de espaços para estacionamento gratuito ou, ao menos, a realização de um protocolo específico com um preço especial para advogados, sugestões cuja resposta se aguarda.

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente referiu as principais iniciativas a empreender até ao final do ano, designadamente o lançamento da campanha de combate à procuradoria ilícita, a realização da 2ª edição da Semana Advogar pela Cidadania, que integra pelo terceiro ano consecutivo o Dia da Consulta Jurídica Gratuita e a realização dos I Jogos Desportivos do Direito, tendo exortado as Delegações a participarem activamente na prossecução das mesmas, em especial nas duas primeiras, cujo sucesso depende da acção conjunta do CDL e das Delegações, sendo que a razão da sua realização são precisamente os Cidadãos, enquanto seus primeiros e últimos destinatários e a divulgarem a terceira de modo a que os I Jogos Desportivos do Direito possam ser um sucesso.

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra aos representantes das Delegações, que no uso da mesma deram conhecimento da actividade desenvolvida, destacando-se das intervenções os seguintes aspectos:

- i) O saldo do exercício do mandato é positivo;*
- ii) O apoio judiciário foi o assunto que mais preencheu a actividade das Delegações, não só pelas diversas alterações legislativas ocorridas, mas também pelas modificações procedimentais e administrativas que se lhes seguiram, o que originou, em consequência, uma readaptação interna dos serviços e um permanente diálogo com a Classe, divulgando o novo regime e esclarecendo as diversas dúvidas suscitadas.*



- iii) *A revisão do mapa judiciário foi, também, um tema recorrente cuja análise e debate esteve presente em diversas reuniões quer ao nível das Delegações, quer ao nível dos órgãos superiores da OA, principalmente porque algumas das Delegações da área geográfica do CDL, nomeadamente as de Sintra, Amadora e Mafra, se situam no perímetro da futura Comarca piloto ou experimental – Grande Lisboa Noroeste, integrada no Distrito Judicial de Lisboa e Vale do Tejo.*
- iv) *A formação contínua tem sido incrementada em todas as Delegações, todavia é necessário disponibilizar mais formação e que a mesma incida sobre temas actuais e de efectivo interesse para o exercício da advocacia, tendo sido porém um sucesso a iniciativa do Conselho Distrial de Lisboa de disponibilizar às Delegações uma acção específica sobre o Cítilus;*
- v) *Fomentar o diálogo com a Classe tem constituído uma das prioridades de actuação, procedimento que deve ser intensificado e aprofundado ao longo do mandato;*
- vi) *A interacção com a Sociedade é também um dos objectivos a desenvolver, mediante a realização de acções de sensibilização e de esclarecimento, nomeadamente junto das camadas mais jovens, sobre o que consiste o exercício da advocacia e o papel do Advogado no desenvolvimento do estado de direito.*

No seguimento da intervenção do Presidente da Delegação de Oeiras, em que este aludira às especificidades da Comarca de Oeiras, na qual se encontram inscritos duzentos Advogados, em que maioria dos mesmos exercem a profissão em contexto de Advogado de empresa e que, apenas uma pequena percentagem

4.



a exerce em regime de prática isolada, o Senhor Presidente do Conselho sugeriu que a Delegação de Oeiras, eventualmente em conjunto com as Delegações da Amadora, Cascais, Mafra e Sintra, promovesse um evento em formato de workshop ou outro que se entenda mais adequado, sobre a relação entre o Advogado de empresa e o Advogado em prática isolada, que teria a virtualidade de dinamizar as relações dos Advogados da Comarca, permitindo a partilha de experiências e a aproximação entre Advogados que desenvolvem tipos de advocacia diferentes, mas com certeza complementares e com pontos comuns e distintos de necessidades e de problemas, cuja resolução conjunta seria seguramente mais profícua.

Por último o Senhor Presidente passou a palavra aos Membros do Conselho que, de acordo com o pelouro por que são responsáveis, expuseram sinteticamente a actividade desenvolvida neste primeiro semestre.

Deu-se também a conhecer – Anexo I - o esboço de um protocolo que se está a desenhar para ser celebrado entre o CDL, a Delegação de Vila Franca de Xira e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Finalmente todos quiseram consignar em acta um desejo recíproco, e também a todos os Colegas da área do Conselho Distrital de Lisboa, de, apesar de curtas, boas férias para quem as pudesse gozar.

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião havida por terminada e lavrada esta Acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente Dr. Carlos Pinto de Abreu.

Lisboa, 23 de Julho de 2008

